

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária  
Período de Análise: julho de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto É Dinheiro Rural

## Índice

Serra critica insegurança jurídica no campo – Sítio Eletrônico da CNA – 01/07/2010 ...	3
Dilma critica proposta de Serra sobre irrigação e diz que tucano não conhece projeto de transposição do São Francisco – Leila Suwvan - O Globo – O País – 01/07/2010.....	3
Plínio propõe ampla redistribuição de terras – Valor Econômico – Política – 01/07/2010 .....	4
A terra é nossa – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Mercado -03/07/2010 .....	5
Novo Código Florestal reduz insegurança no campo, diz Kátia Abreu – Sítio Eletrônico da CNA – 07/07/2010.....	6
Crédito rural permite compra de imóvel para investimentos em plasticultura – Sítio Eletrônico do INCRA – 07/07/2010.....	7
Líder do MST prevê onda de invasões de terra em eventual governo Dilma – Estado de São Paulo – Nacional – 10/07/2010 .....	9
“Não identificamos um centavo de desvio de recurso público”, afirma relator da CPI – Sítio Eletrônico do MST – 12/07/2010 .....	10
<i>Por Aline Scarso Da Radioagência NP</i> .....	10
Ruralistas, mesmo sem participar das sessões, querem prorrogar CPMI – Sítio Eletrônico do MST – 14/07/2010 .....	13
Compra de estrangeiros agora será controlada – Juliano Basile – Valor Econômico – Agronegócios – 14/07/2010 .....	14
Compra de terra por estrangeiro será rastreada – Marta Salomon e Felipe Recondo – Estado de São Paulo – Nacional – 14/07/2010.....	15
CNJ determina controle de compra de terras por estrangeiros – Sítio Eletrônico do MST – 15/07/2010.....	16
Servidores receberam terra da reforma agrária - Leandro Colon – Estado de São Paulo – Nacional – 17/07/2010 .....	16
Agrifirma vai abrir capital em Hong Kong para comprar terras no Brasil - Tom Mitchell e Robert Cookson - Valor Econômico – Agronegócios – 19/07/2010.....	17
ONG contratada para capacitar assentados terá que devolver R\$ 7 mi aos cofres públicos – O Globo – O País – 26/07/2010 .....	19
Trabalho escravo resiste também no Sul e no Sudeste - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Especial – 26/07/2010 .....	20
Bird alerta para "tomada" internacional de terras – Sítio Eletrônico do MST – 29/07/2010.....	25
Investidores em terras agrícolas estão visando países com leis frágeis, comprando terra arável por uma ninharia e deixando de cumprir promessas de geração de empregos e investimentos, de acordo com a minuta de um relatório do Banco Mundial (Bird).....	25

## **Serra critica insegurança jurídica no campo – Sitio Eletrônico da CNA – 01/07/2010**

A insegurança jurídica no campo foi criticada pelo candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, durante encontro com presidentiáveis, realizado nesta quinta-feira, na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O presidentiável fez duras críticas às invasões de terra promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o modelo de reforma agrária no País. “Primeiro veio o argumento econômico, mas a agricultura ajudou a economia do país. Então, os invasores passaram a adotar as questões sociais como pretexto para brigar pela reforma agrária, mas querem um modelo revolucionário adotado em países socialistas”, ressaltou o candidato.

Outro ponto mencionado por ele foi o financiamento do MST por recursos públicos. “Eles têm todo o direito de propor o que querem, mas não devem usar o governo para alcançar seus objetivos. Sou contra quem usa dinheiro público de forma disfarçada. Por isso este movimento de invasões não é o da reforma agrária”, ressaltou.

Em relação ao modelo de reforma agrária, Serra disse que fazer assentamento se tornou caro, no qual se desembolsa até US\$ 50 mil por família para implantar toda a estrutura necessária para os assentados. Segundo Serra, no entanto, a medida correta seria a emancipação dos assentamentos, fazendo com que tenham sua renda própria para combater a pobreza. “A renda é o grande problema dos assentamentos. Muitos vivem apenas com programas sociais e devem buscar renda, no aspecto mais sadio, produzindo”, salientou. Assessoria de Comunicação CNA Telefone: (61) 2109 141 [www.canaldoprodutor.com.br](http://www.canaldoprodutor.com.br)

## **Dilma critica proposta de Serra sobre irrigação e diz que tucano não conhece projeto de transposição do São Francisco – Leila Suwvan - O Globo – O País – 01/07/2010**

CAMPINAS (SP) - Depois de recusar o convite para a sabatina desta quinta-feira na Confederação Nacional da Agricultura (CNA) com seus adversários, a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, rebateu as propostas e críticas do candidato tucano, José Serra (PSDB), e afirmou que ele não conhece o projeto de transposição do Rio São Francisco. A petista negou que tivesse fugido do debate e afirmou que factóides estão sendo usados para evitar a discussão de programas de governo.

Dilma não quis polemizar com o recém-indicado vice de Serra, o deputado federal Índio da Costa (DEM-RJ), que a desafiou para um debate e afirmou ter mais experiência do que ela. A petista disse que deseja uma discussão de alto nível e lançou seu próprio desafio: - Eu quero discutir conteúdo. Meu negócio é discutir conteúdo - afirmou ela.

### **Candidata diz que governo dialoga com MST**

Ela reagiu a críticas do tucano, em relação a investimentos em irrigação no Nordeste (Serra sugeriu que se aproveitem técnicas usadas em Israel) e sobre a relação do governo com o MST: - Acredito que talvez o candidato Serra não saiba, em

profundidade, em que consiste o projeto de integração da bacia de São Francisco - disse Dilma, em entrevista ontem em Campinas, onde participou de eventos promovidos pelo "Movimento Pluripartidário de prefeitos pró-Dilma Rousseff". - Sem desfazer da experiência de Israel, quero dizer que o Brasil está caminhando a passos largos para um projeto de irrigação pesada no Nordeste brasileiro. É um programa do PAC com investimento de cerca de R\$ 6 bilhões.

A respeito da crítica sobre o uso do boné do MST, Dilma reiterou que o governo não apoia ilegalidades, mas dialoga com movimentos sociais.- Sempre que o MST cometeu ilegalidades, deixamos clarinho que éramos contra - disse Dilma. - Qual é a melhor forma de tratar a questão? É solucionar os problemas que estão na origem do MST: a falta de terra e de renda desses produtores. De um lado não aceitamos ilegalidade. De outro, não deixamos de dialogar. O que não é possível é uma discussão sobre boné quando está em questão um setor produtivo imenso do país, a agricultura familiar. Dilma negou que tenha fugido de debates e criticou o uso de factóides. - Eu não conheço nenhum debate que esteja legal neste momento. Eu tenho comparecido a todos os debates dentro dos mesmos parâmetros que os demais candidatos estão comparecendo. Nestas eleições, a gente deve evitar factóides, que tiram o foco do debate consistente.

#### **Plínio propõe ampla redistribuição de terras – Valor Econômico – Política – 01/07/2010**

“Imaginem que fantástico será o dia em que o (empresário) Antônio Ermírio de Moraes for se internar num hospital e ficar no mesmo quarto que três negões, pedreiros, todos com tratamento igual e de qualidade?”. A frase é de Plínio de Arruda Sampaio, do P-Sol, que teve hoje homologada sua candidatura à presidência da República. Não se trata de um sonhador. Em seu discurso, disse à militância do P-Sol presente ao auditório da Assembleia Legislativa de São Paulo, sem meneios: “Há uma crise no socialismo mundial. Nossa missão nessas eleições é a seguinte: vamos atravessar um deserto que não nos levará ao sucesso, mas à consciência do dever cumprido, que é conscientizar as pessoas”.

Para Plínio de Arruda Sampaio, as pessoas estão “enfeitiçadas” com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Você imagina o que é, para uma pessoa que nunca teve geladeira, entrar nas Casas Bahia? Isso faz com que Lula, 80% de aprovação, possa colocar um poste político nas eleições, um verdadeiro escárnio aos petistas históricos”. Mas faz questão de salientar que nada tem contra a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff: “Não é pessoal, se ela se ofender, peço desculpas”.

As propostas apresentadas por Plínio de Arruda Sampaio são pouco ortodoxas e ele se diz ciente disso. Em seu governo, toda propriedade rural de mais de mil alqueires (2,42 hectares), seja ela produtiva ou não, seria desapropriada e dividida com a população: “E isso não será feito para melhorar a produção agrícola brasileira, mas sim para redistribuir a terra. A redistribuição da riqueza e da renda é o pólo central de nosso programa de governo”, afirmou o candidato do P-Sol à Presidência. Saúde e Educação serão responsabilidade do governo, exclusivamente públicas. Também defende a redução da jornada de trabalho.

Os deputados federais Chico Alencar (RJ), Luciana Genro (RS) e Ivan Valente (SP) compareceram à cerimônia na Assembleia Legislativa, assim como o cineasta Sílvio Tender, que contribuirá na campanha. A presidente do P-Sol, Heloísa Helena, já

havia avisado que apoiará a candidata do PV, Marina Silva (PV) nas eleições presidenciais. Plínio de Arruda terá 44 segundos no horário eleitoral gratuito e negocia a possibilidade de ter o PCB em sua chapa, cedendo-lhe o lugar de vice-presidente. (V. L.)

**A terra é nossa** – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Mercado -03/07/2010

É correto estabelecer regras claras para compra de terras por estrangeiros, sem proibi-la

DE VEZ em quando volta à baila um tema bastante polêmico no campo: a compra de terras por estrangeiros.

Entre os argumentos contrários a isso, fala-se que o Brasil "correria o risco" de ter seu território desnacionalizado, dados os elevados investimentos em milhares de hectares, principalmente na Amazônia; que o objetivo do comprador estrangeiro seria apenas o lucro imobiliário, e a terra seria uma reserva de valor; e que alguns investimentos seriam destinados à produção de alimentos para exportação aos países de origem do capital, para garantir abastecimento barato a seu povo.

Todos esses temas devem ser considerados à luz de uma realidade reconhecida mundialmente: a produção de alimentos terá que aumentar 70% até 2050, em razão do crescimento da população e de sua renda.

E o Brasil é um dos poucos países que têm terra disponível, a melhor tecnologia tropical do planeta e ainda oferece a agroenergia como uma ótima estratégia para mitigação do aquecimento global.

Essa sustentabilidade do nosso setor rural atrai fundos de pensão, fundos de investimento, "private equities" (participação acionária) de todos os quadrantes para lucrar com a valorização eventual dos produtos agrícolas num cenário de demanda explosiva. E também para ganhar dinheiro com a valorização do imóvel, o que só acontece se a terra for trabalhada.

Por outro lado, nosso extraordinário potencial de aumentar a produção agropecuária e conquistar mercados está ameaçado pela falta de capital nacional e pela falta de estratégia, de infraestrutura e de renda rural.

Portanto, a vinda desses capitais externos ajudaria o salto brasileiro no cenário mundial, gerando milhares de empregos no país, aumentando sua riqueza, criando excedentes exportáveis, melhorando a logística, agregando valor (porque muitos investimentos são feitos na área industrial). A terra não vai embora daqui, as máquinas, as sementes, os corretivos, os fertilizantes, os equipamentos serão comprados aqui, multiplicando as atividades nas cadeias produtivas.

Os investidores estrangeiros serão aliados na tarefa de reduzir o protecionismo lá fora. Portanto, há reais razões para ver com boa vontade esses investimentos, até porque eles produzem forte desenvolvimento nas áreas de fronteira onde se instalam, com boa governança e tecnologia.

Mesmo assim, é correto estabelecer regras claras para a compra de terras por estrangeiros, sem proibi-la.

Em primeiro lugar, já está determinado que só compra terra aqui quem se organiza como empresa brasileira, mesmo que com aporte majoritário de capital estrangeiro.

As terras compradas em área ainda coberta por vegetação nativa ou com pastagem degradada devem ter um projeto claro de exploração, que objetiva o progresso planejado (e executado) do uso de terra, sob condições técnicas aprovadas por órgãos de pesquisa, gerando o número de empregos compatível com a plantação escolhida, obedecendo a toda a legislação vigente, com o preço dos produtos aí gerados estabelecidos de acordo com o mercado, e assim por diante.

Com isso se evitará a idéia de só ganhar com a valorização da terra. É claro que ela vai se valorizar com o fato de se transformar em área produtiva devidamente beneficiada, o que também acontece com os investidores nacionais.

Outro tema importante é a reciprocidade: devemos aproveitar para pressionar países que criam empecilhos para o agronegócio brasileiro, seja no acesso a mercados, seja na aquisição de terras lá.

E o governo sempre terá mecanismos tributários, fiscais, creditícios e estimulantes para que os investimentos sejam positivos para o Brasil e para o povo brasileiro. Ou pode desapropriar a terra improdutiva para fazer reforma agrária. Vivemos hoje, como se diz, na aldeia global.

Não há mais espaço para xenofobia. Mas há para boas normas, sem ideologia e sem candidez.

**ROBERTO RODRIGUES**, 67, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp -Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

### **Novo Código Florestal reduz insegurança no campo, diz Kátia Abreu – Sítio Eletrônico da CNA – 07/07/2010**

Brasília (07/07) - A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, afirmou há pouco que o novo Código Florestal, aprovado ontem em Comissão Especial da Câmara dos Deputados, reduz o quadro de insegurança jurídica no campo. "É muito melhor. Foi um bom avanço. O relatório estabeleceu prazo e zerou todas as multas. Além disso, foi respeitada a data do tamanho da reserva legal.", afirmou. Ela citou as mudanças da legislação ambiental nos últimos anos. "Até 2000, a reserva legal era de 50% . A partir de 2000, passou para 80% na Amazônia.", disse. Considerando a mudança, não é correto falar em anistia, segundo a senadora. "Isso é anistiar? Isso é cumprir a Constituição.", afirmou. Outro exemplo é o Cerrado. A reserva legal passou a ser exigida em 1989. "Os produtores abriram áreas quando não existia reserva legal.", contou.

Aprovado na Comissão, o relatório segue para votação no Plenário da Câmara, o que, segundo o presidente da Comissão, deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), deve acontecer depois das eleições de outubro. Sobre a suspensão das multas, ela disse que os produtores poderão dar "uma respirada". "A insegurança jurídica é o que mais prejudica o agronegócio brasileiro", afirmou a presidente da CNA. O novo Código precisa ser avaliado pelo Plenário da Câmara antes de ir para o Senado.

Ao comentar o relatório, ela disse que o texto é "o possível, não o ideal". Ela negou que o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator da matéria na Comissão Especial, anistie os produtores que não cumprirem a legislação ambiental.

"Mesmo se fosse anistia, só as sociedades organizadas é que perdoam dívidas", afirmou. A senadora considerou ainda que, pela primeira vez, a sociedade pode discutir a legislação ambiental, discussão que está sendo feita no Congresso Nacional. "Nós estamos pela primeira vez avaliando atos monocráticos. O Brasil de 850 milhões de hectares não pode ser feito por uma mão só dentro de quatro paredes.", disse.

A senadora lembrou ainda que a manutenção da atual legislação ambiental representaria queda na produção agropecuária e, conseqüentemente, aumento dos preços dos alimentos. A queda nos preços dos alimentos verificada nos últimos anos, lembrou, é reflexo do aumento da produção agropecuária. Em entrevista coletiva para comentar a aprovação do novo Código, ela lembrou que as famílias brasileiras gastavam 48% de sua renda com alimentos há alguns anos. Hoje, os gastos são de 18%.

Com base em dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ela lembrou que os pequenos agricultores são os principais beneficiados pelo novo Código Florestal. "São pessoas que vivem em situação de pobreza absoluta. São pessoas que têm renda de R\$ 321 por mês. Essas pessoas foram isentas da reserva legal", afirmou a senadora. Ainda considerando os dados do IBGE, ela lembrou que são 5,175 milhões de agricultores em todo o País. A atividade desenvolvida por esses produtores gera Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 143 bilhões.

Desse grupo de produtores, 3,2 milhões de agricultores são enquadráveis no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o que representa 24% do total. O grupo que não é enquadrável no Pronaf - 1,590 milhão de produtores rurais - respondem por 76% do VBP. "A pequena propriedade ficou isenta da recomposição da reserva legal", afirmou a senadora, lembrando que 1/3 da população que vive no campo passa fome, avaliação de organismos internacionais. "Esses estudos mostram que de cada cinco pobres dos países em desenvolvimento quatro estão no campo. Eu questiono o conceito de reserva legal para quem tem esse tipo de renda.", completou.

A senadora também questionou as informações de que a nova legislação ambiental permitirá a anistia de R\$ 8 bilhões em dívidas apenas na região Amazônia Legal. Ela lembrou que o Decreto 7029/09 já tratava do assunto. "O Aldo Rebelo repetiu o texto do decreto. Ele excluiu os multados de 2009", acrescentou.

### **Crédito rural permite compra de imóvel para investimentos em plasticultura – Sítio Eletrônico do INCRA – 07/07/2010**

Conhecimento, empreendedorismo e acesso ao crédito rural foram os ingredientes do sucesso de uma família de seis irmãos, no interior de São Paulo. Parte da trajetória começa com a ideia, proposta pelo advogado de uma federação de agricultores, de formar uma associação de agricultores para compra de um imóvel rural. Com isso, eles puderam multiplicar o valor do crédito do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) pelo número de beneficiários e comprar uma propriedade em conjunto.

O objetivo era atuar na plasticultura - produção em área coberta - que permite trabalhar com pequenas extensões de terra. Os irmãos compraram 10,5 alqueires e contam que produzem efetivamente em três. Cada um deles ficou com 1,5 alqueire e atua de forma individualizada. "Se utilizar estufa na agricultura familiar, não tem para ninguém", comemora o produtor Paulo Rogério da Purificação, de 36 anos, que é também o braço da família no setor de comercialização.

## **Plasticultura**

Mas a história deles começou bem antes, com outro irmão, o Carlos Alberto, de 50 anos. Quando ainda era funcionário de uma fazenda em Dracena, próximo à divisa com o Mato Grosso do Sul, recebeu a proposta de mudar-se para Itapetininga, interior de São Paulo, para trabalhar com o antigo patrão. Na cidade de clima ameno, propícia ao cultivo em plasticultura, ele aprendeu a técnica.

Em 2001, sem querer uma vida de permanente empregado, Carlos Alberto chamou o irmão Paulo para morar em Itapetininga, onde resolveram arrendar uma área para uso da técnica de plasticultura. Os negócios iam bem, mas investir na própria terra era o desejo de ambos. Em 2007, surgiu a solução: o acesso ao crédito rural, um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na época, o crédito apara cada agricultor era de R\$ 40 mil. Eles juntaram-se em sete pessoas - quatro irmãos e outros três - e adquiriram uma área no valor total de R\$ 240 mil, sendo que os R\$ 40 mil restantes foram utilizados para reforma e construção. Como a plasticultura exige capital para ser implantada, dois parceiros saíram do negócio. Foi neste estágio que outros dois irmãos assumiram.

Passados dois anos de carência, os agricultores já iniciaram o pagamento do crédito rural e só veem vantagem no financiamento, contratado pelo prazo de 15 anos. "O arrendamento custava R\$ 4,2 mil ao ano. Com o crédito rural, pagamos apenas R\$ 3 mil por uma terra que é nossa", compara Paulo. Ele diz ainda que os lucros com a plasticultura dependem do número de estufas trabalhadas. Com o cultivo de duas, o lucro líquido anual chega a R\$ 60 mil por ano.

## **Produção**

As principais vantagens da plasticultura, segundo eles, são a maior qualidade e produtividade, em relação ao campo aberto. Como consequência, os produtos têm mercado garantido. "Eu precisaria o dobro de área para produzir a mesma quantidade em campo aberto. Não dependo de chuvas, nem de geadas", afirma Carlos.



Ele destaca também a redução no uso de defensivos agrícolas. Na parte de solo, todo adubo utilizado é orgânico, pelo processo de compostagem. Por via aérea, as plantas ainda recebem produtos químicos, mas Carlos garante que a adubagem orgânica diminui a necessidade de pulverizações. "No caso do tomate, é possível reduzir de cinco para duas pulverizações", comenta.

Para irrigar as plantações de tomate, pepino e pimentão, nas estufas, é utilizado o sistema de gotejamento, no qual a água é levada por pressão, por meio de tubos. A irrigação e a fertilização ocorrem por meio de duas bombas que trabalham conjuntamente, uma leva a água e a outra os fertilizantes.

Mas esta não é uma atividade de facilidades, alerta o irmão Paulo. O sucesso depende de dedicação, muito trabalho e investimentos constantes, com a aplicação dos lucros na produção. Ele exemplifica, mostrando que em uma área de 1,5 alqueire já empregou mais de R\$ 300 mil. Para as atividades produtivas, os agricultores também já acessaram outras linhas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Crédito fundiário - Com o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, o valor do crédito para aquisição de terras dobrou, passando de R\$ 40 mil para R\$ 80 mil, por agricultor. O prazo de carência também foi ampliado para três anos. Para financiamento de até R\$ 30 mil, o agricultor pode pagar em até 17 anos; para imóveis rurais entre R\$ 30 mil a R\$ 80 mil, o prazo é de 20 anos.

### **Líder do MST prevê onda de invasões de terra em eventual governo Dilma –** Estado de São Paulo – Nacional – 10/07/2010

O mais influente dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, previu que Brasil viverá um aumento das ocupações de terra se Dilma Rousseff (PT) vencer as eleições e um crescimento da violência no campo caso José Serra (PSDB) seja o escolhido.

Ele explica que a intensificação de atos num eventual governo do PT ocorre justamente pelas afinidades históricas entre os dois grupos. "Um operário, diante de um patrão reacionário, não se mobiliza. Com Dilma, nossa base social perceberá que vale a pena se mobilizar, que poderemos avançar, fazendo mais ocupações e mais greves", disse Stédile, em entrevista à Agência Reuters. "Se o Serra ganhar, será a hegemonia total do agronegócio. Será o pior dos mundos. Haverá mais repressão e, por isso, maior tensão no campo. A vitória dele é a derrota dos movimentos sociais", acrescentou.

Por essa razão, a opção “majoritária” do movimento é apoiar a petista—mesmo que, nos últimos anos, justamente num governo considerado amigo, o MST tenha se enfraquecido e chegado à conclusão de que “o agronegócio venceu”. “Lula não fez reforma agrária, mas uma política de assentamento. Metade dos números do governo é propaganda”, afirma Stédile. Segundo dados oficiais, quase 1 milhão de famílias foram instaladas nos últimos sete anos em terras cedidas pela União, ou compradas do setor privado pelo valor de mercado. Apesar de algumas decepções, Stédile descarta apoiar um candidato de extrema esquerda. “Não temos alternativa”, disse. “É como se você percebesse que seu time pode cair para a segunda divisão e faz o que for possível para vencer o campeonato.”

O MST vive um período difícil e se queixa de ter sido alvo de criminalização pela imprensa e por “forças de direita” nos dois mandatos do PT. Stédile raramente dá entrevistas. “A imprensa, que antes nos tratava como coitadinhos e até nos elogiava, passou anos dar um pau nestes oito anos, passou a ser arma da direita para nos estigmatizar”, argumentou. O movimento endossou a candidatura de Lula em 2002 apostando numa administração à esquerda. Frustrou-se com a continuidade do modelo macroeconômico implantado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Voltou a dar um apoio tímido em 2006, momento mais difícil para o PT com a crise do mensalão. Após aquela vitória de Lula, as relações ficaram estremecidas. Nesse período, a organização enfrentou três CPIs no Congresso e perdeu diversos repasses de convênios federais. PSDB e DEM acusam o governo de patrocinar ocupações de terra com dinheiro público. “Não somos puxa-saco nem pau-mandado de ninguém”, enfatizou Stédile.

#### **Pragmatismo.**

O apoio informal a Dilma – que assegurou que não vai tolerar “atividades ilegais” do movimento –, e não a presidenciáveis ideologicamente mais próximos ao MST, como Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), vem de uma avaliação pragmática de que esses nomes não foram capazes de aglutinar forças populares.

#### **“Não identificamos um centavo de desvio de recurso público”, afirma relator da CPI – Sítio Eletrônico do MST – 12/07/2010**

*Por Aline Scarso Da [Radioagência NP](#)*

Não há desvio de dinheiro público para a ocupação de terra no Brasil. Foi o que concluiu o relatório da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), que investigou a ligação entre entidades da reforma agrária e ministérios do governo. *Jilmar Tatto (relator), Almeida Lima (presidente) e Onxy Lorenzoni (vice-presidente) em sessão da CPMI*

No total, foram realizadas treze audiências públicas em oito meses. A CPMI também investigou as contas de dezenas de cooperativas de agricultores e associações de apoio à reforma agrária. Para o relator da CPMI, deputado federal Jilmar Tatto (PT/SP), “foi uma CPMI desnecessária”.

“São entidades sérias que desenvolvem um trabalho de aperfeiçoamento e de qualificação técnica do homem do campo. O que deu para perceber foi que a oposição, principalmente o DEM e o PSDB, estavam com uma política de criminalizar o

movimento social no Brasil. Tanto é verdade que, depois de instalada a CPMI, eles praticamente não apareceram nas reuniões.”

O deputado federal Onxy Lorenzoni (DEM/RS) pediu vista do relatório durante a última sessão. Com isso, uma nova reunião foi marcada para a próxima quarta-feira (14). A expectativa é de que a bancada ruralista coloque em votação um relatório paralelo à relatoria oficial, mesmo não tendo participado das audiências de investigação. Abaixo, leia entrevista com o deputado federal Jilmar Tatto (PT/SP).

**A CPMI foi criada para investigar desvios de recursos públicos de convênios entre ministérios e entidades sociais para a ocupação de terras. Qual a conclusão depois de oito meses de trabalho?**

Foi uma CPMI desnecessária. A oposição fez uma carga muito grande, dizendo que havia recursos públicos desviados para a ocupação de terras no Brasil. Depois de um trabalho intenso e exaustivo, verificando todas as contas de dezenas de entidades, que fizeram convênios com o governo federal, concluímos que não é nada disso. São entidades sérias, que desenvolvem um trabalho de aperfeiçoamento e qualificação técnica, principalmente para o homem do campo. O que deu pra perceber é que a oposição, principalmente o DEM e o PSDB, estavam com uma política de criminalizar os movimentos sociais no Brasil. Tanto é verdade que, depois de instalada a CPMI, eles praticamente não apareceram nas reuniões. Foi a demonstração de que eles realmente estavam interessados mais em desgastar o governo federal, o MST e criminalizar o movimento social. Infelizmente, foi isso que aconteceu na criação dessa CPMI.

**Como você avalia o trabalho das entidades da reforma agrária (como Anca, Concrab, Cepatec, Inocar, Itac e Fepafi), que participaram das audiências públicas na CPMI?**

A oposição, em certa medida, no primeiro momento, conseguiu atrapalhar. Os convênios estavam acontecendo e, na medida em que ficam fazendo denúncias vazias em relação a essas entidades, atrapalham o seu trabalho junto aos produtores rurais assentados. Uma parte do seu objetivo a oposição conseguiu: justamente romper parte desses convênios. Eu acho que era isso que ela queria. Ficou comprovado que essas entidades, que fazem um trabalho com os assentados, produtores e pequenos proprietários de terra, ligados à agricultura familiar e às cooperativas, é muito importante para o Brasil. São entidades que trabalham com a produção de orgânico, a qualificação da melhor maneira de aproveitamento da terra e manuseio das sementes. Do ponto de vista pessoal, foi um aprendizado. Do ponto de vista político, foi um desastre, porque essa CPMI veio para prejudicar o campo, principalmente os pequenos produtores e assentados. Tem algumas questões de competência do legislativo que precisam ser aprimoradas.

**Quais são as medidas mais importantes propostas no relatório?**

Por exemplo, a questão do trabalho escravo. Essa lei [que prevê a desapropriação das terras dos proprietários que usam trabalho escravo] precisa ser votada urgente, que criminaliza quem pratica a vergonha do trabalho escravo, principalmente pelo agronegócio. Outra questão que precisa ser resolvida é dos índices de produtividade. Estou propondo também uma lei que regule os convênios. Porque a cada hora que se muda os governos, tem um procedimento em relação aos convênios com as entidades. Por isso, tem que normatizar, definir em lei como funcionam esses convênios, para desburocratizar, deixar transparente e facilitar esses convênios. Dessa forma, essas entidades e outras poderão desenvolver seu trabalho de forma tranquila, sem cometer erros de procedimento - não de má-fé - porque não está claro na legislação de como proceder na prestação de contas.

**Já é possível pensar alguns pontos dessa lei para regular os convênios?**

Tem que tratar diferente os desiguais. Uma coisa é fazer um convênio com entidades patronais, que têm uma estrutura muito grande, nas áreas jurídica, contábil e administrativa. Outra coisa são entidades pequenas, que não têm essa estrutura. A lei tem que facilitar o trabalho, e os convênios, evidentemente, terão todo rigor na aplicação dos recursos públicos. Se tem a garantia de que a aplicação dos recursos está dentro do objeto, não precisa de tantos mecanismo, porque temos que partir do princípio da boa fé. Uma das ideias é colocar na legislação os procedimentos, porque nem sempre isso está claro, prejudicando as entidades que não têm uma estrutura administrativa de grande porte.

**Qual a importância desses convênios para a execução de políticas públicas nos assentamentos e nas áreas rurais?**

É fundamental. É onde o Estado não consegue chegar, e se chega faz de forma atabalhoada, sem critério. Essas entidades fazem a ponte dos órgãos do Estado com aquelas pessoas que mais precisam. Fazem um trabalho fundamental de resgate da cidadania, de setores da sociedade que estão marginalizados. Por isso, um governo democrático, preocupado com a melhoria da qualidade de vida de todos e todas, precisa fortalecer esse tipo de entidade no Brasil.

**Na sua avaliação, por que a bancada ruralista ficou ausente durante as audiências com representantes das entidades e dos ministérios?**

Eles fizeram toda uma carga, um discurso muito raivoso, colocaram dúvidas em relação ao desvio de recursos públicos e perceberam que a montanha tinha parido um rato. Porque não havia desvio nenhum. As entidades e o governo abriram todas as suas contas. Foi transparente e, em nenhum momento, conseguiram identificar um centavo de desvio de recurso público. Foram desmoralizados, e resolveram se ausentar dos trabalhos da CPMI. De todo modo, nós aprovamos um plano de trabalho, cumprimos a nossa obrigação, investigando aquilo que o Congresso definiu como prioridade. Nesse período, ouvimos todas as entidades e órgãos do governo envolvidos e fizemos um debate sobre a questão agrária no Brasil. Foi um trabalho produtivo, no sentido de deixar claro que não houve desvio de recurso público para fazer ocupação de terras no Brasil. O que houve foi a oposição fazendo uma carga muito grande contra o governo e o MST.

**O prazo final da CPMI, previsto no plano de trabalho, é 17 de julho. O prazo para a prorrogação da CPMI acabou. O Onyx Lorenzoni anunciou que vai apresentar um relatório paralelo. Qual a perspectiva para a aprovação do seu relatório na próxima semana?**

Eles tentaram, como último suspiro, prorrogar a CPMI, mas eles não conseguiram as assinaturas. Então, só cabe à oposição apresentar um relatório alternativo. Está convocada uma reunião para esta quarta-feira, às 14h, pra votar o relatório. Provavelmente, vai ser votado meu relatório contra o da oposição. Se der quórum, e tivermos maioria, a gente aprova o nosso relatório. Se não, de todo modo, já apresentei o relatório. É o que vale. A CPMI termina no dia 17 de julho, com os trabalhos concluídos, comprovando que não houve desvio de recursos públicos.

**E os ruralistas vão apresentar um relatório mesmo não comparecendo às sessões...**

Exatamente. Essa é a contradição. De novo, estão fazendo politicagem. Tem alguns deputados e senadores, ligados aos ruralistas, que precisam fazer prestação de contas, porque na prática fizeram muito pouco na defesa dos ruralistas na CPMI. É mais para mostrar para os setor deles que estão trabalhando. Esse relatório tem mais essa função, porque do ponto de vista objetivo não tem sentido apresentar um relatório alternativo. Até porque nem sei o que eles vão escrever nesse relatório. Vai ser mais um

discuso político de campanha eleitoral, para atender os interesses do agronegócio, do que propriamente algo que trata de desvios de recursos públicos.

**A partir das investigações, o que precisa ser feito para o país resolver os conflitos no campo e enfrentar o problema da pobreza dos trabalhadores rurais?**

Precisamos continuar investindo bastante na agricultura familiar, o que o governo tem feito, aumentando os recursos cada vez mais. Temos que garantir que a legislação trabalhista seja aplicada, rever os índices de produtividade, incentivar cada vez mais plantios alternativos, ligados à questão de alimentos orgânicos, produzindo alimentos de qualidade e do ponto de vista nutricional adequado. E, ao mesmo tempo, acelerar e intensificar o processo de desapropriação e de reforma agrária no país. Fazer um mapeamento, por meio de georreferenciamento, de todas as terras no Brasil – tanto as que pertencem ao governo como as privadas. Definir claramente quem são os donos dessas terras e, aquelas que não forem produtivas, como diz a Constituição, devem ser desapropriadas para fazer a reforma agrária. É preciso acelerar esse processo, que teve avanços no governo Lula, mas precisamos continuar cada vez mais para fazer com que as pessoas do campo também possam ter uma qualidade de vida mais adequada.

**Ruralistas, mesmo sem participar das sessões, querem prorrogar CPMI – Sítio Eletrônico do MST – 14/07/2010**

Quem acompanhou a CPMI contra Reforma Agrária sabe que a bancada ruralista simplesmente não compareceu às sessões.

Foram seis meses em entidades de apoio à reforma agrária foram ouvidas, tal como órgãos de governo. E a bancada ruralista? Boicote!

Agora que o relatório oficial está pronto, os ruralistas acharam uma jurisprudência que pode obrigar a Câmara a prorrogar a Comissão, mesmo sem ser consultada. O Senado, por sua vez, leu o requerimento que pede mais seis meses de investigação.

O voto separado do DEM? Os latifundiários não apresentaram nenhum relatório alternativo. O voto separado? Retiraram de última hora. No lugar, mostraram um novo plano de trabalho para a CPMI.

Ora, alguém dúvida que mais seis meses só servirão para gastar mais dinheiro público em cima de denúncias já investigadas pelo TCU e Ministério Público?

Lembremos que dia 17 de julho o Congresso Nacional entra em recesso. Depois entra o período eleitoral. Prato cheio para que os oligarcas que ainda permanecem no poder usem o espaço para se cacifar politicamente... angariar alguns votos de outros latifundiários...

**Compra de estrangeiros agora será controlada – Juliano Basile – Valor Econômico – Agronegócios – 14/07/2010**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu fazer o controle das compras de terras brasileiras por estrangeiros. Por determinação da Corregedoria do CNJ, todos os cartórios do país terão de informar sobre esse tipo de aquisição. O objetivo é mapear os negócios para depois tomar providências que poderão levar até a anulação das operações. Segundo o CNJ, as compras que não seguirem os limites das leis brasileiras serão anuladas.

A decisão foi tomada pelo corregedor geral de Justiça, ministro Gilson Dipp. “Agora, sempre que os cartórios detectarem compras de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros, eles terão de incluir essa informação num cadastro e relatar eventuais abusos”, explicou Dipp ao Valor .

Para o ministro, a discussão sobre a possibilidade de aquisição de terras por estrangeiros enfrenta um problema inicial: a falta de dados sobre esse tipo de negócio.

“Não há planejamento nem gestão sem informação”, disse Dipp. “O Judiciário deve fazer a sua parte, dentro de seu limite de competência e mostrar que está atento”.

As informações sobre as compras de terras vão chegar trimestralmente ao CNJ. Elas serão encaminhadas primeiro para as corregedorias dos Tribunais de Justiça. Se os tabeliães dos cartórios de imóveis não prestarem informações estarão sujeitos à perda do cargo.

Para Dipp, a determinação do CNJ vai de encontro à manifestação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que alertou para a necessidade de o Brasil ter maior controle sobre a compra de suas terras.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, revelou preocupação semelhante em visita recente ao Conselho.

A decisão do CNJ foi tomada após pedido da 5ª Câmara do Ministério Público Federal, que é responsável por questões ligadas ao patrimônio público e social. A 5ª Câmara informou ao CNJ a respeito da crescente aquisição de terras rurais por empresas brasileiras com participação estrangeira e questionou se não deveriam ser impostos limites a essa atividade.

A Corregedoria do CNJ verificou que, no fim dos anos 90, a Advocacia Geral da União (AGU) chegou a emitir um parecer favorável à liberação dessas compras. Esse parecer foi contestado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e, em 2008, a AGU retomou essa discussão por causa da iminência de novas aquisições de terras, dado o interesse de estrangeiros pela matriz energética proveniente de biocombustíveis, como a cana-de-açúcar e a mamona.

Em novo parecer, assinado em setembro de 2008, a AGU concluiu que devem existir limites a essa atividade.

Pelo texto, nos casos de empresas totalmente controladas por estrangeiros ou com mais de 51% de seu capital nessa situação, as aquisições estão restritas ao que dispõe a Lei nº 5.709, de 1971.

Essa lei proíbe a compra de imóvel rural por estrangeiro acima de cinquenta módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua. Ela também não permite a compra em áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional.

E, por fim, restringe essas aquisições a terras rurais destinadas à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais ou de colonização. Em setores imprescindíveis ao desenvolvimento, apenas empresas de capital nacional poderiam comprar terras.

**Compra de terra por estrangeiro será rastreada** – Marta Salomon e Felipe Recondo  
– Estado de São Paulo – Nacional – 14/07/2010

Empresas brasileiras com capital estrangeiro terão as operações de compra de terras rastreadas no Brasil. Acorregedoria do Conselho Nacional de Justiça determinou ontem que os cartórios de notas e de registro de imóveis repassem informações sobre esse tipo de negócio a cada três meses.

A medida aumenta o controle do avanço estrangeiro sobre o território brasileiro. Atualmente, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) registra apenas a compra de terras diretamente por pessoas físicas ou empresas estrangeiras. O dado mais recente, de maio, aponta em mãos de estrangeiros o equivalente a quase três vezes o tamanho da cidade de São Paulo. O domínio estrangeiro se concentra nos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, de acordo com o cadastro, considerado precário até pelas autoridades. “Hoje não existe controle sobre a compra de terras em mãos de empresas brasileiras controladas por estrangeiros”, observou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, que participa do estudo de novas medidas de restrição à compra de terras por estrangeiros. “A medida ajuda, mas não resolve a falta de controle sobre terras em mãos de estrangeiros.”

De acordo com o entendimento da corregedoria, as operações de compra de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros devem respeitar a lei 5.071, de 1971, que restringe a compra de terras por estrangeiros. As aquisições de terra poderão ser anuladas, caso sejam comprovadas irregularidades nos limites impostos pela legislação, determinou o CNJ. “É preciso ter um mínimo de informação, um cadastro do que existe de compra de terras por empresas brasileiras com capital estrangeiro”, comentou o corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp. “Se houver abuso (ilegalidade), caberá aos demais interessados, como Ministério Público, Incra ou qualquer outro interessado, as providências que entenderem necessárias.” A confusão na aplicação da lei de 1971 começou com o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) de 1998, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. O parecer equiparou empresas brasileiras com capital estrangeiro “em qualquer porcentual” à brasileira e a liberou do controle. Também foi dispensada autorização prévia para a compra de imóveis rurais

**Novo alvo são fundos de investimento**

Os estudos que apontam o Brasil, ao lado de países da África, como a grande fronteira para o aumento da produção de alimentos do mundo estão na origem do alerta à compra de terras por estrangeiros, estimulada ainda pela busca de investimentos seguros depois da crise econômica mundial. Nova reunião do grupo de estudos do governo está prevista para até o fim do mês. Em debate, medidas extras de controle do avanço estrangeiro. Um dos alvos é a compra de terras por fundos de investimento, cujo controle se mostra mais complicado. Há quase 40 anos, a legislação brasileira já prevê restrições à compra de terras por estrangeiros. Mas os cadastros de terras são considerados falhos. O apoio à informatização dos cartórios foi objeto de uma

primeira parceria entre governo e o Conselho Nacional de Justiça. O enquadramento das empresas brasileiras de capital estrangeiro, liberadas do controle por mais de dez anos, integra essa estratégia.

### **CNJ determina controle de compra de terras por estrangeiros – Sítio Eletrônico do MST – 15/07/2010**

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça determinou hoje que os cartórios de registro de imóveis do país passem a informar, trimestralmente, às corregedorias dos tribunais de justiça todas as compras de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros.

A medida foi adotada pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, em resposta ao requerimento da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Pedido de Providências 0002981-80.2010.2.00.0000) e põe fim a uma discussão que se arrasta desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, sobre se deveria ou não haver controle das compras de terras por empresas nacionais controladas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.

No entendimento da Corregedoria Nacional de Justiça os cartórios extrajudiciais de notas e de registro de imóveis estão submetidos às regras e procedimentos disciplinados na Lei n. 5.709, de 1971. De acordo com a lei, se os tabeliães não prestarem as informações estarão sujeitos à perda do cargo. As aquisições de terras podem ser anuladas, caso sejam denunciadas e comprovadas irregularidades nos limites impostos pela legislação.

No final dos anos 90, a Advocacia-Geral da União chegou a emitir parecer favorável à liberação do controle dessas compras, decisão que vinha sendo questionada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. A Corregedoria Nacional de Justiça explica que regulamentação na esfera administrativa pelo Poder Executivo fica limitada aos órgãos da administração. Portanto, os cartórios notariais e registrais do serviço extrajudicial do Poder Judiciário são regidos por orientação própria derivada da interpretação direta da lei na esteira de sua autonomia institucional.

### **Servidores receberam terra da reforma agrária - Leandro Colon – Estado de São Paulo – Nacional – 17/07/2010**

Pelo menos 2,2 mil servidores públicos federais receberam terras do governo nos últimos anos. Essas pessoas foram beneficiadas irregularmente pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. A lei proíbe que funcionários públicos recebam terras.

Entre os beneficiados estão servidores de universidades, ministérios, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre outros órgãos federais. O Instituto Nacional de



Colonização e Reforma Agrária (Incra) decidiu excluí-los do programa de reforma agrária. A decisão ocorre duas semanas depois de o Ministério Público Federal do Acre entrar com uma ação civil pública na Justiça pedindo que o Incra obrigue os funcionários públicos a devolver os lotes recebidos do governo. Ontem, o Incra publicou uma portaria com a relação de 2.269 nomes que perderão os benefícios concedidos.

É a primeira vez que o governo federal determina uma exclusão sumária de servidores públicos do plano de distribuição de terras. O Incra nega qualquer pressão externa como motivação para tomar a medida. A iniciativa, segundo o órgão, é resultado de uma fiscalização feita nos últimos três anos para identificar falhas no cadastro e na execução da reforma agrária no País. A portaria, publicada em 22 páginas do *Diário Oficial*, é assinada pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart. A principal dificuldade agora será notificar todos os envolvidos e tentar recuperar os lotes que foram entregues a essas pessoas. Outro problema é que há, dentro dessa relação, nomes de quem não é mais funcionário público, o que pode prejudicar a localização por parte do governo.

O Incra argumenta que já bloqueou qualquer recurso destinado a terras ligadas a esses 2,2 mil considerados “suspeitos”. As superintendências regionais do órgão foram autorizadas a executar o conteúdo da portaria. Entre os nomes incluídos na lista estão de Newton Rodrigues de Oliveira. Ele mora em Brasília e é funcionário da Universidade de Brasília. Trabalha no Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas da instituição de ensino. Aparece como técnico em coletas botânicas. Procurado pelo **Estado**, Newton de Oliveira alegou que, há cinco anos, adquiriu uma chácara de três hectares no Gama, cidade satélite do Distrito Federal. O lote, segundo ele, era ilegal e um pedido foi feito ao Incra para legalizá-lo. “Há um tempo, não me lembro direito, assinei uma ficha do Incra. Há um bocado de documentos rolando aí”, disse. Ele afirmou morar em outro lote, longe dali, onde também tenta buscar a legalização no Incra. Ele admite que, além de receber salário (não revelado) de servidor público, tem outras fontes de renda. “O salário de funcionário público não é aquelas coisas. Agente precisa complementar”, afirmou.

As regiões Norte e Nordeste concentram a maioria dos nomes excluídos pelo Incra. Entre os Estados com benefícios irregulares estão Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima e Paraná, além do Distrito Federal.

#### **Legislação.**

Reportagem publicada pelo **Estado** em junho mostra que a reforma agrária do governo Luiz Inácio Lula da Silva virou um programa fora da lei. A legislação é clara ao proibir qualquer tipo de avaliação em área rural invadida, mas o Incra realizou, nos últimos quatro anos, vistorias para desapropriar terras que estavam sob ocupação ilegal. A descoberta foi feita por técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU). A legislação determina que imóvel rural invadido “não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação”. O mapa do TCU revela dois padrões de ilegalidade no País: vistoria logo após a terra ter sido invadida e invasão tão logo a vistoria tenha começado.

**Agrifirma vai abrir capital em Hong Kong para comprar terras no Brasil** - Tom Mitchell e Robert Cookson - Valor Econômico – Agronegócios – 19/07/2010

Financial Times, de Hong Kong

A Agrifirma, grupo brasileiro que trabalha na aquisição e desenvolvimento de terras agrícolas, está esperando para se tornar a primeira empresa nacional a ser listada na bolsa de Hong Kong.

Apoiada pelo investidor britânico Jacob Rothschild, a iniciativa ocorre depois de a empresa já ter atraído recursos de alguns dos maiores magnatas do território.

Com a entrada na bolsa, a Agrifirma espera levantar entre US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões a partir da oferta pública inicial de ações, prevista para 2011. “O mercado ficou um pouco ruim em 2008 e 2009, mas agora estamos prontos para prosseguir”, disse Charles Brown, diretor da Lake House, empresa com assento no board da Agrifirma.

Na semana passada, Ian Watson, presidente da Agrifirma, baseado em Londres, se reuniu com bancos de investimento, representantes da bolsa de Hong Kong e fundos de investimento, incluindo o China Investment Corp. (CIC). No ano passado, o CIC já havia pago US\$ 856 milhões por 15% do Noble Group, um operador de commodities de Hong Kong, em um negócio que já demonstrava a crescente preocupação chinesa com a segurança alimentar do país.

A empresa brasileira já comprou 60 mil hectares de terras no Estado da Bahia e planeja aumentar suas terras para chegar a 100 mil hectares antes da abertura do capital. O grupo gasta, em média, US\$ 2.300 para adquirir cada hectare e transformá-lo em uma terra passível de ser cultivada.

O negócio da Agrifirma consiste em comprar terras, especialmente no Cerrado, e transformá-las em áreas produtivas. A empresa já levantou US\$ 179 milhões até agora, incluindo investimentos de dois magnatas de Hong Kong — Raymond Kwok e Adrian Fu — e o grupo de investimentos Lake House.

“Há uma escassez de terras cultiváveis na própria China”, disse Fu, que atua no segmento hoteleiro. “Eventualmente, a China terá de ir ao exterior para originar seus produtos agrícolas”, disse.

A família Kwok controla a Sun Hung Kai Properties, maior grupo de Hong Kong a atuar no segmento de desenvolvimento de propriedades.

Para Watson, da Agrifirma, “a renda no mundo em desenvolvimento está crescendo e isso vai gerar uma alta nos preços dos alimentos”. Ele observa que o Brasil tinha 14% da água fresca do mundo, enquanto as populosas províncias do norte da China e suas cidades são permanentemente secas. “Quando você exporta agricultura você está exportando água”, afirma Watson.

**Ruralista quer prorrogar prazo para exigência de cadastro rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 21/07/2010**

A bancada ruralista da Câmara Federal pressiona o governo para prorrogar o prazo para a exigência de certificação do cadastro de imóveis rurais com área até 500 hectares em todo o país.

A medida está prevista desde 2005 e o prazo para essas áreas vence em novembro de 2011.

Mas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) informa ter certificado apenas 21 mil dos 4,061 milhões de imóveis até ontem — ou 0,5% do total. Sem esse certificado, o produtor não pode realizar transações comerciais com a propriedade e fica impedido de solicitar financiamentos bancários. A medida é obrigatória em operações de transmissão de domínio, desmembramento, remembramento ou parcelamento das terras.

“Os prazos da lei são muito apertados, teóricos, otimista sem excesso. Causa celeuma e insegurança jurídica porque haverá avalanche de processos em 2011”, argumentou o deputado Paulo Piau (PMDB-MG) em audiência pública.

A Comissão de Agricultura enviou, na semana passada, um ofício ao presidente do Incra, Rolf Hackbart, para manifestar a necessidade de resolver o assunto de forma urgente. “Há um temor do segmento rural, dos negócios, dos cartórios porque contratos de gaveta vão aumentando. Os produtores têm que fazer dinheiro e pagar dívidas e, aí, vira uma ilegalidade só”, disse Piau.

Os ruralistas querem adiar a exigência para áreas até 500 hectares enquanto avança o processo de certificação para propriedades acima de 500 hectares, cujo prazo vence em janeiro de 2011. “Essa decisão tem que vir até fim deste ano para ajustar o quanto antes”, afirmou o vice presidente da comissão, Silas Brasileiro (PMDB-MG).

O Incra informa que está em curso um processo de modernização de sua estrutura de informática para acelerar a certificação. “A certificação não anda porque os cartórios estão na caneta ainda”, justificou o coordenador de Cartografia do Incra, Marcelo Cunha.

“Estamos trabalhando muito, mas não dá para tratar isso de maneira tão simples, montar toda a cadeia de uma hora para outra. As coisas são paulatinas, não se pode fazer de forma assoberbada”.

Cunha disse que foram feitos, até agora, certificações para 9,2 mil das 164 mil propriedades com área acima de 500 hectares — ou 5,6% do total. “Vamos acabar com a papelada, adquirimos software alemão para processar isso”, disse Marcelo Cunha. “Até dezembro teremos certificação automatizada pela internet, sem necessidade de tramitar em superintendências e papeladas. Hoje, já se pode acompanhar o processo online”.

Cunha disse que haverá gerenciamento eletrônico de documentos e envio de dados via internet, além de emissão de certificação digital e integração eletrônica com cartórios de imóveis com investimentos federais de R\$ 16 milhões na modernização do processo.

“Até janeiro de 2011, saberemos se a automatização funciona. Se isso não for solução, não há outra solução a não ser prorrogar o prazo”, admitiu o coordenador do Incra. “Não tem como abarcar tudo com a estrutura que temos. Com processo manual, não tem solução. Teria que multiplicar por 100 os funcionários”, disse.

Uma lei de 2001 já previa a certificação dos imóveis, mas a estrutura do Incra não acompanhou as exigências. Os produtores são obrigados a georreferenciar propriedades, identificar e delimitar os imóveis. Até 2001, valiam matrículas precárias com descrições por escrito. Desde então, valem a localização espacial precisa do imóvel por meio de georreferenciamento.

### **ONG contratada para capacitar assentados terá que devolver R\$ 7 mi aos cofres públicos – O Globo – O País – 26/07/2010**

BRASÍLIA - O Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar Sebastião Rosa da Paz (Ifas) foi condenado pela Justiça Federal de Goiás a devolver R\$ 7 milhões aos cofres públicos. O Ministério Público Federal em Goiás havia detectado irregularidades em repasses de convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O instituto tem como um dos seus criadores Delúbio Soares, ex-tesoureiro do

PT, expulso do partido por causa do escândalo do mensalão, em 2005. Na época da contratação do convênio, ele não tinha mais ligação com a entidade.

As unidades da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) no Distrito Federal e Entorno, Bahia, Pernambuco, Pará, Mato Grosso do Sul, Maranhão e Mato Grosso, beneficiárias finais dos repasses, também foram condenadas por responsabilidade solidária. Elas terão que devolver R\$ 330 mil dos R\$ 7 milhões.

A sentença é do dia 12 de julho, mas foi divulgada apenas nesta segunda-feira pelo Ministério Público. Na decisão do juiz Juliano Taveira Bernardes, ele destacou que são "inúmeras as incongruências a macular a regularidade da execução do convênio firmado entre o Incra e o IFAS", destacando-se "nesse cipoal de maracutaias", a falta de contrapartida por parte do Ifas no convênio. No endereço da sede do Ifas, havia uma casa fechada e abandonada em Goiânia, sem estrutura condizente com a contrapartida de R\$ 768 mil que o instituto deveria oferecer na forma de bens e serviços.

Foram detectadas irregularidades na fase de contratação e execução. Como a Fetraf não poderia receber recursos por apoiar invasão de imóveis, o Ifas serviu como intermediário. Já na execução do convênio, houve compras sem licitação, pagamentos em duplicidade e notas fiscais em aberto. O convênio serviria para capacitar 9.375 assentados no país.

A investigação prosseguirá. Segundo o procurador Rafael Perissé, é preciso descobrir que servidor do Incra permitiu a celebração do convênio. Para ele, é possível que a investigação chegue até o ex-presidente do Incra, Rolf Hackbart, porque não seria crível que ele não soubesse dos problemas. Ainda cabe recurso à decisão no âmbito da Justiça Federal.

### **Trabalho escravo resiste também no Sul e no Sudeste - Marcos de Moura e Souza – Valor Econômico – Especial – 26/07/2010**

Num barracão de 11 metros por 3 metros, sujo e improvisado, 19 beliches estão amontoados da entrada até os fundos. Há apenas duas janelas e uma porta de compensado de madeira numa das extremidades.

Mesmo durante o dia, o ambiente fica na penumbra. O telhado é de zinco. Não há luz elétrica, banheiro ou qualquer tipo de aquecimento. No inverno, as temperaturas chegam quase a zero grau. Banhos são num vão de terra a céu aberto onde escorre um fio d'água gelada ou num quadrado improvisado com lona e sem porta.

À noite, como não há colchões para todos, alguns dividem a mesma cama. Pelo menos dois adolescentes dormem com adultos.

Foi assim que integrantes do Ministério Público e da Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná encontraram, no início deste mês, um alojamento de trabalhadores rurais contratados para podar uma plantação de pinheiros pinus numa fazenda na cidade de Palmas, no sudoeste do Paraná.

A área pertence à Madepar S.A. Indústria e Comércio (cujo nome fantasia é Madepar Agroflorestral). Ela integra um grupo ao qual pertencem a Madepar Papéis para Embalagem e a Madepar Laminados, todas sediadas no mesmo endereço na cidade de São Paulo.

Nos dias 8 e 9, uma equipe formada por auditores do trabalho, um procurador e policiais federais entraram nas fazendas da Madepar Agroflorestral em Palmas e

autuaram a empresa por exploração de trabalho em condições análogas à escravidão. A operação se estendeu até sexta-feira passada. O Valor acompanhou os dois primeiros dias dos trabalhos a convite do Ministério do Trabalho e Emprego e da Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná e se comprometeu a publicar a reportagem somente após o término da blitz.

Depois de anos registrando casos de trabalho análogo à escravidão quase exclusivamente nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, autoridades passaram a intensificar suas ações em regiões onde até então havia poucos registros da prática. No ano passado, pela primeira vez desde 1995, a região Sudeste teve o maior número de resgatados — 1.079 casos de um total de 3.769 em todo o país. No Sul, o Paraná foi o principal alvo, com 15 operações realizadas no ano passado (ficando atrás só do Pará e do Mato Grosso).

“Sempre houve trabalho escravo aqui no Paraná, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Rio. A questão é que o foco da fiscalização foi por muito tempo o Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão e áreas onde havia incidência mais visível dessa prática”, diz Luercy Lino Lopes, procurador da Procuradoria Regional do Trabalho do Paraná, que participou da ação na área da Madepar. “Há alguns anos começamos a nos dar conta que a realidade daqui é a mesma da do Pará.” Lá, carvoarias costumam estar no centro das irregularidades; no Paraná, erva-mate e madeira.

O que contribuiu para ampliar o alcance das ações e redirecionar os olhos das autoridades foi a alteração do Artigo 149 do Código Penal pela Lei 10.803, de 2003. A lei detalhou quatro condutas que, juntas ou isoladamente, passaram a configurar trabalho análogo à escravidão.

São elas: submeter o trabalhador a trabalhos forçados, submeter o trabalhador à jornada exaustiva, sujeitar o trabalhador a condições degradantes de trabalho e restringir a locomoção do trabalhador em razão de dívida para com o empregador ou preposto.

Antes da lei, o conceito de escravidão no Brasil levava em conta apenas os casos de trabalho forçado e escravidão por dívida.

“Com esse alargamento do conceito, não ficamos mais presos nos casos da Amazônia e do Norte, onde havia muita servidão por dívida e trabalho forçado, e onde dependíamos fundamentalmente de denúncias”, diz Marcelo Campos, auditor fiscal do trabalho e assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. “Isso permitiu que fôssemos atrás de outras regiões e de outras atividades econômicas.” Foi assim que autoridades passaram a fazer blitzes em plantios de café, de morango e de uva, em áreas de colheita de erva-mate e nas fazendas do setor sucroalcooleiro no Sul e no Sudeste. Em 2002, um ano antes da aprovação da lei, o ministério não havia feito nenhuma operação nos Estados do Sul; em 2009 foram 24. No Sudeste, o salto foi de 1 para 18. Em todo o Brasil, o número de operações saiu de 30 para 156. O número de resgatados subiu de 2.285 para 3.769.

Em 1995, quando o ministério começou a rastrear o trabalho escravo, apenas 84 pessoas foram retiradas da condição de escravo.

Nos últimos anos, o traço em comum na maioria das autuações passou a ser a degradação. “No ano passado, encontramos em Bituruna, aqui no Paraná, trabalhadores contratados para colher erva-mate alojados num curral. No mês passado, em Santa Catarina, encontramos outro grupo, que dormia num chiqueiro de porcos”, lembra a auditora fiscal do trabalho Luize Surkamp Neves, coordenadora do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que combate trabalho escravo na região Sul. Foi ela quem liderou a operação em Palmas.

Segundo Campos, a situação de degradação — junto ou não com outras condutas previstas no Artigo 149 — aparece em todas as mais de 45 condenações de

empregadores julgados pela prática de trabalho escravo no Brasil. As condenações decorrem das ações de fiscalização.

Além das autuações administrativas, as operações também podem gerar ações penais aos empregadores.

Explorar trabalho escravo é crime punível com pena de dois a oito anos de prisão.

No caso das fazendas da Madepar, além de alojamentos classificados pelos auditores como impróprios, o que a equipe encontrou foram trabalhadores sem equipamento de proteção, dizendo que tinham de pagar para obter ferramentas e providenciar colchões; fornecimento de água com potabilidade duvidosa; falta de banheiros; trabalhadores sem registro em carteira; e, além disso, cinco menores fazendo um tipo de trabalho proibido para sua idade.

“Há uns quatro anos trabalho com pinus, mas esse é o pior lugar que já fiquei”, diz Rodrigo Almeida, de 19 anos. Ele tinha começado a trabalhar dois dias antes da operação e estava alojado no barracão improvisado de madeira. Outros dormiam em um contêiner com beliches. “Tinham me falado que tinha alojamento, só não disseram como era.” Mario, 27 anos, completa: “O pior é o ‘apertamento’ e a falta de luz.” Contratados por um dos intermediadores de mão de obra da região, Rodrigo e Mário disseram que ganhariam R\$ 32 por dia para uma temporada de 15 dias, sem registro em carteira e sem equipamentos de trabalho. “Comprei bota, coberta, prato, garfo, faca.

Capacete e luva a gente não usa”, conta Rodrigo. As irregularidades nas fazendas criaram um quadro considerado pelas autoridades como degradante.

Além de serem obrigados a pagar multas e encargos, os empregadores podem ter o nome incluído, por no mínimo dois anos, na lista de exploradores de trabalho escravo organizada pelo ministério.

Isso pode levar a uma suspensão total de crédito público e privado no período. E implica o risco de perder contratos com empresas signatárias do Pacto para a Erradicação do Trabalho Escravo.

Ao todo, as blitz na Madepar resgataram 67 trabalhadores, entre eles cinco adolescentes. Parte deles trabalhava na manutenção dos plantios de pinus e parte na colheita de erva-mate. A empresa teve de pagar R\$ 108.609,99 em verbas rescisórias; R\$ 169.000,00 em indenizações por danos morais (de R\$ 1.000 a R\$ 5.000 para cada um) e R\$ 240.000,00 por dano moral coletivo. Com o pagamento do FGTS, dos valores devidos à Previdência e multas pelos 55 autos de infração lavrados, os valores poderão passar de R\$ 650 mil, disse Lino Lopes. Parte disso foi pago em dinheiro na dia 23 aos resgatados no escritório da empresa na cidade de General Carneiro, Paraná.

Se não aceitasse fazer o pagamento e recorresse à Justiça, a Madepar correria o risco de ter seus bens congelados no valor da cobrança e ver a conta final multiplicada.

Segundo o Ministério do Trabalho e a procuradoria, a maioria dos empregadores autuados por sujeitar trabalhadores à condição análoga opta por acertar as contas durante as autuações.

As condições dos trabalhadores resgatados nas fazendas da Madepar não são muito diferentes das existentes em outras áreas rurais flagradas na região, segundo os auditores. Entre as semelhanças está a terceirização de mão de obra. A empresa, segundo seu advogado Gilberto Dil Prá, estava trabalhando com três ou quatro empreiteiros — termo usado no Paraná e em Santa Catarina para agenciadores ou intermediadores de mão de obra. A prática no meio rural, segundo o ministério, é proibida por lei de 1973, mantida pela Constituição de 1988.

“No Brasil, o trabalho escravo está associado à intermediação de mão de obra e no Sul isso se vê em quase todos os flagrantes. E a intermediação vem acompanhada em 100% das vezes de precarização”, diz Lino Lopes. Para Campos, do Ministério, a solução está em mudar o comportamento do empregador.

“Ele precisa ter certeza de que esta prática não é um bom negócio.” Para o governo e grupos de direitos humanos, uma mudança crucial está na Câmara dos Deputados.

O projeto de emenda constitucional (PEC) 438 prevê a expropriação e destinação para reforma agrária de toda área rural flagrada com mão de obra escrava. O projeto já passou pelo Senado.

## **Trabalhadores resgatados acham que a vida melhorou**

Numa das idas e vindas pelas estradas das fazendas da Madepar durante a blitz, os auditores se depararam com um garoto de calção, camiseta e chinelo. O menino se desesperou. Não sabia se corria pela estrada ou se tentava se esconder entre as árvores. “Parecia um bicho acuado”, contou depois ao Valor um dos auditores que o encontrou.

A equipe logo descobriu que ele estava trabalhando ao lado de adultos na poda da plantação de pinus. Descobriu também que ele não estava só. Ao retornarem a um alojamento já fiscalizado, os auditores encontraram outros quatro meninos e a mesma reação.

Alguns correram e tentaram se esconder dentro do abrigo. Mais tarde, um deles se explicou à auditora Luize Surkamp Neves, que coordenou a operação nas fazendas: “O patrão falava que, se a gente fosse encontrado, a culpa era nossa”.

Os menores entre 14 e 15 anos haviam sido chamados para trabalhar por um dos intermediadores de mão de obra contratado pela Madepar, apelidado de Noca. Era a ele que os garotos se referiam como patrão. Um dos meninos relatou que dividia o mesmo colchão — na verdade, uma espuma desgastada e suja — com o pai, porque não havia no alojamento uma cama só para ele. A legislação permite alguns trabalhos entre 16 e 18 anos, mas não trabalhos que lidem com instrumentos cortantes e perigosos, como a poda das árvores.

Além da exploração de mão de obra infantil, os auditores encontraram trabalhadores alojados numa cabana de madeira, cujo banheiro era o mato. A água era retirada de uma mina, também usada pelo gado. Em outro ponto das fazendas, um contêiner pintado de verde e com rodas funcionava como dormitório. Quatro quartos com três treliches cada. A distância entre as camas de cada treliche fugia totalmente às normas técnicas, segundo os auditores.

A água usada pelo grupo vinha de um veio também de qualidade duvidosa. Como vários outros trabalhadores, esses também dizem que recebem por dia — se chove, por exemplo, não trabalham e não ganham —, não recebem equipamentos de proteção, nem têm registro em carteira.

As condições consideradas degradantes pelas autoridades do trabalho, contudo, são vistas com outros olhos pelos trabalhadores da região. “Já melhorou 90% o tipo de vida aqui. A nossa casa é o contêiner.

Tem outros que ainda estão embaixo de lona”, disse João Quadros, de 42 anos. O grupo de Quadros foi contratado para colher erva mate — cultura que abastece a demanda constante de mate para chimarrão em todo o Sul. E pelo cúmulo da ironia histórica, começou a trabalhar em 13 de maio.

“Há 20 anos lido com erva. Meus três filhos cresceram comigo e com a minha mulher colhendo erva e até uns anos atrás dormíamos no mato, debaixo de lona”, contou.

E melhorou, na opinião dele, por força de multas. “Se não tivesse a fiscalização batendo sempre por aqui, a gente estava igual.” Assim como ele, outros trabalhadores ouvidos pela reportagem relataram o que consideram ter sido um avanço no padrão de trabalho na região, apesar das muitas irregularidades.

Mario Sérgio Lorenci, 28 anos, é um deles. “No ano passado, fui resgatado de uma fazenda e dei graças a Deus. Eu estava junto com outros seis companheiros numa casa velha; a cozinha era um latão, a geladeira era um varal, a gente tomava banho no açude e o banheiro só no mato.

Agora durmo no contêiner. Agora estamos em casa”, disse ele. Lorenci esperava na estrada para falar com a auditora Luize. Foi ela quem o resgatou em 2009, numa operação que lhe garantiu uma indenização de R\$ 5 mil. Lorenci estava agora trabalhando como motorista de trator, “baldeando” feixes de erva da mata. Tanto ele quanto Quadros, Mário e Almeida foram resgatados pela operação do início de junho, porque pelas normas técnicas e pelas leis trabalhistas continuavam em plena e flagrante situação de trabalho degradante. Muitas vezes, os trabalhadores fazem as denúncias que levam à operação de fiscalização.

No caso da Madepar foi diferente, pois a operação foi baseada em investigações das próprias autoridades. (MMS) .

### **Intermediador e comprador são os responsáveis, diz sócio**

Fundada em 1982, a Madepar Agroflorestal é dona de 15 mil hectares de terra na fronteira entre Paraná e Santa Catarina. Seu principal acionista é o empresário Wilson Dissenha, 72 anos. Seus filhos são acionistas minoritários. Um deles, Wilson Eduardo Dissenha, disse que a família não sabia da presença de menores trabalhando nas fazendas e que a responsabilidade pela contratação e pelas condições dos trabalhadores — encontrados em situação análoga à escravidão — era dos intermediadores e da empresa de erva-mate com a qual assinou um contrato para colheita e compra da atual safra.

“Pelo contrato que firmamos, eles se comprometiam a cumprir toda a legislação trabalhista”, disse ele. “Mas eles não fizeram a parte deles.” A Madepar, segundo seu advogado Gilberto Dil Prá, vai recorrer à Justiça para que as indenizações e multas que já foi obrigada a pagar sejam arcadas pelos responsáveis pela contratação da mão de obra. Segundo ele, a ervateira Taura, de Rudimar Paglia, já disse que vai ressarcir a Madepar.

Procurado, Paglia, cuja empresa também teve de assinar um termo de ajustamento de conduta, não quis comentar. Disse apenas que os problemas apontados na inspeção “já estão resolvidos”.

Sobre o fato de a Madepar não ter notado as irregularidades que supostamente os empreiteiros e a ervateira estavam cometendo na sua área, Dissenha admitiu e lamentou o erro. “Foi uma falha de administração”, disse. “Mas nós assinamos os termos de ajustamento de conduta, pagamos as indenizações, vamos fazer as reparações e as adequações exigidas.” Sobre os menores, informou que a empresa não sabia “que eles estavam trabalhando na fazenda”. Mas acrescentou que “se o empreiteiro quisesse escondê-los no mato, seria fácil”.

Quanto aos alojamentos considerados impróprios, o empresário afirmou que eles não correspondem ao perfil da empresa. “Aquilo era um alojamento antigo, fora do



padrão. Nós construímos um alojamento que atende toda a lei trabalhista, mas não sei por que não estava sendo usado. Talvez por uma questão de logística”.

Dissenha se refere a uma instalação nova, elevada sobre pilotis, feita de tábuas envernizadas de madeira clara, forro no telhado, com dormitórios espaçosos com beliches já montados, pequenos armários individuais, banheiros amplos e um refeitório claro e limpo. O local estava pronto, mas não estava sendo usado.

Segundo Dissenha, a empresa avaliou que era melhor terceirizar a contratação de trabalhadores para desempenhar atividades temporárias de colheita de erva-mate e de manutenção da floresta de pinus. As atividades passaram a ser exploradas pela empresa há dois anos. Apesar de a legislação não permitir terceirização de atividades fins no meio rural, Dil Prá avalia que essa é uma interpretação do Ministério do Trabalho.

Antes de cultivar pinus e extrair mate, a Madepar Agroflorestal vinha concentrando sua atividade na venda de madeira de árvores já condenadas, mas a burocracia para liberação dessas atividades levou a empresa a buscar outras opções.

Os sócios da Madepar são também sócios de outras duas empresas, a Madepar Laminados e a Madepar Papéis para Embalagem. Segundo Dissenha, nenhuma delas havia sofrido até então nenhuma autuação trabalhista. (MMS)

#### **Bird alerta para "tomada" internacional de terras – Sítio Eletrônico do MST – 29/07/2010**

Investidores em terras agrícolas estão visando países com leis frágeis, comprando terra arável por uma ninharia e deixando de cumprir promessas de geração de empregos e investimentos, de acordo com a minuta de um relatório do Banco Mundial (Bird).

"O interesse dos investidores está concentrado em países com frágil governança fundiária", disse a minuta. Apesar de acordos terem prometido postos de trabalho e infraestrutura, "os investidores não levaram a cabo os seus planos de investimento, em alguns casos depois de terem infligido graves prejuízos à base de recursos local".

Além disso, "o nível de pagamentos formais exigido era baixo", transformando a especulação num motivo importante para aquisições. "Em muitos casos, o pagamento pelas terras era dispensado e grandes investidores, frequentemente, pagam menos impostos que os pequenos proprietários - ou não pagam."

O relatório, "The Global Land Rush: Can it yield sustainable and equitable benefits?" [A corrida global por terras: ela poderá render benefícios justos e sustentáveis?] é o mais amplo estudo já realizado sobre a chamada "tomada de terras aráveis", na qual países investem em terras no exterior para reforçar a sua segurança alimentar, ou investidores - na sua maioria residentes locais - compram terra cultivável. A tendência de "tomada de terras" ganhou notoriedade depois de uma tentativa da Daewoo Logistics, da Coreia do Sul, em 2008, de obter uma vasta gleba de terra em Madagáscar por um preço muito baixo e vagas promessas de investimento. O acordo contribuiu para um golpe de Estado no país africano.

A minuta foi vazada para o "Financial Times" por uma pessoa que disse querer impedir que o Banco Mundial publicasse o relatório no meio do período de férias de verão no hemisfério Norte. O organismo, com sede em Washington, disse que um

trabalho estava em andamento e que revisões estão sendo feitas. "Quando for publicado, em agosto, acreditamos que contribuirá com dados muito necessários e com outras informações para esse tema complexo", disse a instituição.

O Banco Mundial defendeu na sua minuta o lançamento de uma Iniciativa de Transparência da Terra baseada no modelo da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (Eiti), que obriga governos, principalmente nos países em desenvolvimento, a revelar receitas provenientes de conglomerados dos setores petrolífero e de mineração e a aprimorar a transparência em torno dos acordos.

Críticos observaram que, oito anos depois do seu lançamento, apenas Libéria, Timor Leste e Azerbaijão eram membros plenos do Eiti. Mas, segundo a minuta, "ao estabelecer um formato uniforme para relatar aquisições de terra e monitorar o processo ao longo do tempo, ela poderia proporcionar acesso a uma informação extremamente escassa".

A minuta destacou alguns poucos sucessos em aquisição de terras - na sua maioria na América Latina, mas também na Tanzânia -, mas a visão global que ofereceu foi de exploração, alertando que ou os investidores careciam da habilidade necessária para cultivar terras ou estavam mais interessados em ganhos especulativos do que em usar a terra de forma produtiva. O documento afirma ainda que "raramente, se é que houve algum", esforços foram feitos para vincular investimentos fundiários à "estratégia de desenvolvimento mais ampla dos países".

"Consultas com comunidades locais muitas vezes eram ineficazes", acrescenta. "Conflitos eram comuns, geralmente em torno de direitos de propriedade à terra". O relatório diz também que alguns países distribuíram a investidores terras que estavam dentro dos limites das terras agrícolas de comunidades locais. Os dados sobre acordos de terras aráveis são superficiais, na sua maioria baseados em relatos da mídia local. Mas a minuta do relatório do Banco Mundial disse que os dados oficiais para alguns países revelaram extensas transferências, incluindo 3,9 milhões de hectares no Sudão e 1,2 milhão de hectares na Etiópia entre 2004 e 2009.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**  
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

